



Assembleia de Freguesia de São João Baptista e Santa Maria dos Olivais
Município de Tomar

ACTA Nº 18 AF

No dia vinte de dezembro de dois mil e vinte e quatro pelas vinte horas e trinta minutos, no edifício sito na Rua Major Ferreira do Amaral, nº 9, reuniu a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Tomar (São João Batista e Santa Maria dos Olivais) em sessão ordinária com a ordem de trabalhos constante da respetiva convocatória.

Presidiu à sessão a Presidente da Mesa, Maria Celeste Gonçalves Simões de Sousa, coadjuvada pelos membros da Mesa 1º Secretário António Francisco Tavares Martins e 2ª Secretária Ana Maria dos Pereiros Marmelo da Silva.

Feita a chamada verificou-se encontrarem-se presentes os membros da Assembleia de Freguesia, com as justificações apresentadas e substituições solicitadas de acordo com a lista eleita, com a exceção do elemento do partido Chega, António Fernando Estevão Chambino, que não apresentou justificação.

Verificou-se ainda, a presença dos membros de Junta de Freguesia, à exceção do secretário, Ricardo Simões, que justificou a falta com a presença na Assembleia Municipal, em representação do Presidente da Junta.

Coligação CDS-PP-MPT-PPM- Coligação “Tomar Queremos Responder” – Teresa Maria Ribeiro da Fonseca Ramos.

PSD – Alexandre Gabriel Mateus Horta, Joaquim Dias Palricas, José António Fernandes Ferreira, Miguel José Costa Coelho Rodrigues e Maria do Céu Lopes Rodrigues Ferreira.

PS – Rui Manuel Alegria Bugalhão, João Miguel Marques Jesuíno e Cristina Maria Ferreira.

A abrir a sessão a Presidente da Mesa Celeste Sousa (PS) saudou as diversas bancadas e o público presente.

No **período destinado à intervenção do público** apenas manifestou vontade de intervir o vogal do executivo João Martins (CDS). Após breve auscultação às bancadas a intervenção foi admitida, tendo o referido vogal se deslocado para o espaço destinado ao público a partir do qual procedeu à leitura de uma carta dirigida quer à Presidente da Mesa quer ao Presidente da Junta na qual concluiu por apresentar a sua demissão do cargo de vogal do executivo depois de explanar os motivos de tal decisão. De entre as razões apontadas constavam diversas imputações ao Presidente da Junta a quem acusou de autoritarismo, de obstaculizar a sua participação em processos decisórios, desrespeito para com a coligação, desrespeito por deliberações do próprio executivo, inflexibilidade na tomada de decisões, omissão de informações recolhidas junto da ANAFRE a respeito da obrigatoriedade do voto secreto na eleição do vogal do executivo, irregularidades administrativas na convocação das reuniões extraordinárias, inclusão no orçamento de 2025 de iniciativas que já tinham sido incluídas em orçamentos anteriores e não executadas, o que em seu entender levanta sérias dúvidas sobre a gestão e os reais compromissos do executivo, e ainda de irregularidades na gestão da junta de freguesia. Alegando não poder compactuar ou aceitar a falta de transparência na condução do executivo

sugeriu que fosse avaliada a realização de uma auditoria com vista a que a freguesia tenha uma gestão mais transparente e respeitosa.

Dada a palavra ao Presidente da Junta Augusto Barros (PS) este repudiou as referidas acusações, que considerou ofensivas, acrescentando que as mesmas serão esclarecidas em lugar próprio.

Passou-se em seguida ao **PAOD – Período antes da ordem do dia**.

Alexandre Horta (PSD) manifestou-se surpreendido pelas declarações do vogal do executivo João Martins, comentando que aparentemente o trabalho do executivo não tem sido fácil e manifestando apoio à realização da auditoria para clarificar as situações referidas.

Miguel Rodrigues (PSD) interveio dizendo que a escolha da data desta reunião da assembleia foi infeliz por coincidir com a da assembleia municipal e acrescentou que isto revela descoordenação tendo em conta que ambas as assembleias são presididas por elementos do mesmo partido.

Maria Celeste Sousa (PS) explicou que tinha articulado a marcação da data com o presidente da mesa da assembleia municipal, como sempre faz e que daí resultou a marcação deste último órgão para o dia 13. Porém depois disso o presidente da assembleia municipal alterou a data da respetiva reunião para o dia 20 sem a consultar, o que também não considera correto.

Joaquim Palricas (PSD) questionou qual a situação do procedimento no tribunal administrativo e fiscal de Leiria respeitante à eleição do vogal do executivo, tendo a Presidente da Mesa Celeste Sousa (PS) informado que foram enviadas informações mas ainda não há decisão.

José Ferreira (PSD) usou da palavra para lamentar a falta de divulgação da convocatória na redes sociais e que a aplicação Gesautarquia continue sem funcionar.

Sara Costa (PS), tesoureira do executivo, esclareceu que está a ser feita a manutenção do programa com vista a serem-lhe conferidas virtualidades de topo, de modo a que funcione como balcão virtual onde possam ser pedidas licenças e praticadas outras funcionalidades com o propósito de desburocratizar e simplificar.

José Ferreira (PSD) afirmou que a resposta é a mesma que foi dada pelo tesoureiro há um ano, restando aguardar.

Alexandre Horta (PSD) lembrou a questão da auditoria sugerida por João Martins e Teresa Ramos (CDS) disse concordar com tal iniciativa. Também Rui Bugalhão (PS) afirmou ser do interesse geral o apuramento dos factos.

Após alguma hesitação da assembleia quanto a esta questão, designadamente quanto à eventual aprovação de uma recomendação já na presente sessão, António Martins (PS) sugeriu, e todos concordaram, que o assunto venha a ser incluído na ordem de trabalhos da reunião extraordinária que terá de ocorrer em breve para eleição de novo vogal do executivo.

Augusto Barros (PS) considerou que há aqui uma espécie de atordoamento devido ao que foi referido no início desta sessão, acrescentando que esses pontos vão ser desmentidos categoricamente e que a carta vai servir de ponto de partida para isso.

Passou-se ao **ponto 1 da Ordem de trabalhos – Análise, discussão e aprovação das atas das duas últimas sessões**.

A acta número 16 foi aprovada por unanimidade dos habilitados sem qualquer objecção.

Melela
Sty.
Iniciativa

A acta número 17 também foi aprovada após a alteração da palavra “comunicado” por “comunicação”.

Ponto dois - Análise, discussão e votação da Proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de 2025.

Dada a palavra ao Presidente da Junta para uma exposição inicial este endossou o assunto para a tesoureira Sara Costa (PS) que começou por afirmar que os documentos em análise representam a continuidade da visão estratégica que o executivo sempre teve para o futuro da freguesia.

Seguidamente frisou alguns pontos-chave do orçamento:

Assim, sobre inovação tecnológica salientou o projeto “Portal a Minha Junta” e a concretização das transmissões on-line das sessões da assembleia de freguesia. Sobre ação social destacou o programa Junta Repara, da continuidade das ações de sensibilização e de resposta ou encaminhamento das situações sociais que vão surgindo, do programa Juntos pelos Nossos a que se agrega o programa Junta + Sorrisos com as vertentes regresso à aulas e padrinho natalício e dos outros projetos já enraizados, como é o caso do passeio dos Idosos. Sobre educação salientou a aposta em equipamentos dignos e em projetos educativos como o projeto Essência e ações de sensibilização rodoviária. Sobre Desporto e Juventude destacou a continuação do programa de férias Junt’Anima e a sensibilização para a crise climática. Sobre Espaços verdes referiu as responsabilidades recentemente assumidas perante a câmara na área urbana bem como a continuação das tradicionais ações de manutenção e limpeza das vias.

Seguidamente salientou o compromisso com a regeneração urbana, designadamente a prevista pavimentação de várias ruas e valetas e com a preservação do património histórico e cultural, designadamente a continuação do mercado da estrelinha e a organização do arraial de S. João. Mencionou também que foram acolhidos no orçamento proposto vários contributos de outras forças políticas, concluindo por realçar o propósito de com o contributo de todos construir uma comunidade mais forte e coesa.

Para a explicitação da parte técnica foi então dada a palavra ao Dr. João Oliveira responsável da empresa que executa a contabilidade, o qual explicou que o valor da receita indicado resultou da análise dos dados dos dois últimos anos bem como do que decorre do orçamento geral do Estado e dos contratos administrativos celebrados pela freguesia. Acrescentou que o valor da receita foi distribuído pelas diversas rubricas da despesa, tendo em conta além do mais os valores previstos para remunerações com os aumentos que vão ser aplicados, os recrutamentos a fazer e as alterações de posicionamento remuneratório (progressões). Explicitou em seguida a afetação das verbas pelas diversas rubricas das despesas correntes e de capital, constando entre estas as relativas à aquisição de uma máquina que, aliás, acabou de ser recebida já no corrente ano.

Interveio em seguida Joaquim Palricas (PSD) que exprimiu críticas ao conteúdo da capa do documento, manifestou estranheza pelo facto de este só ter sido assinado por 4 dos elementos do executivo, afirmou não se vislumbrar quais as grandes opções do plano, dizendo que este se resume a cinco linhas.

José Ferreira (PSD) apelidou de visão poética a intervenção anterior da tesoureira, questionou qual a rubrica em que estão previstas as despesas das transmissões on-line, comentou a insuficiência das verbas destinadas à área social face à proclamada predominância desta área

Handwritten signatures and initials in the top right corner of the page.

para o executivo e por fim questionou se a prevista regularização da situação dos habitantes do bairro do Colégio seria da competência da Junta.

Dada a palavra ao Presidente da Junta este endossou os esclarecimentos a prestar para a tesoureira Sara Costa (PS), a qual agradeceu os considerandos feitos à sua intervenção e se pronunciou sobre as questões suscitadas, tendo dito relativamente ao Bairro do Colégio que a Junta tem a função de um zelador e que a situação jurídica deste bairro é confusa. Informou que foram recolhidas informações nas finanças e na conservatória, havendo diversas habitações que estão registadas nas matrizes e que uma delas é uma antiga escola, tendo sido pedido à Câmara que atribua números de polícia aos prédios já registados. Disse ainda que a ideia é a Junta ser inserida como parceira na gestão deste parque habitacional.

Augusto Barros (PS) informou relativamente ao futuro parque do Casal de Frades que o projecto está nas mãos de um técnico que não identificou e disse que se impunha maior celeridade na sua conclusão dada a pressão manifestada pelos residentes.

Miguel Rodrigues (PSD) Salientou o facto de a dotação para a área social ser de 10.000 euros para 2024, dos quais apenas foram gastos mil e tal euros, ignorando-se por que motivo este ano foi colocada uma dotação de 12.000 euros ao que a tesoureira Sara Costa (PSD) respondeu que essa verba tem em vista as reparações que vêm sendo feitas nos bairros com os meios humanos da junta, custeando a câmara os materiais.

Continuando Miguel Rodrigues (PSD) disse estar aqui enquanto vogal mas visto ter sido há pouco interpelado enquanto técnico informa que chegou ao projeto quando a equipa técnica responsável pelo mesmo se desmoronou. Afirmou ainda que o projeto começou apenas como parque infantil mas foi crescendo passando a abranger ruas, lugares de estacionamento e outras áreas. Cada alteração necessita de topografia. Além disso depois de se determinar o custo da obra foi necessário reformular o projeto para o adaptar aos meios financeiros, estando o mesmo atualmente nos engenheiros para os projetos das especialidades.

Augusto Barros (PS) agradeceu as informações prestadas que são importantes porque a população não se cala e desconhece as razões do atraso.

Cristina Ferreira (PS) afirmou que apesar de ter sido eleita pelo partido socialista é uma pessoa de causas e não de partidos, tendo sido as causas e as pessoas que a levaram a dar a cara por este projeto e por esta equipa. Salientou que é inegável o trabalho já realizado por esta junta de freguesia, quer na área social quer como parceira da câmara a quem ajudámos a devolver o Flecheiro aos tomarenses. Sublinhou a inegável confiança das instituições nesta junta pelo seu trabalho e ação enaltecendo o facto de pela sua intervenção muitas famílias terem um natal mais digno. A propósito questionou quantas crianças foram apadrinhadas na iniciativa padrinho natalício. Enalteceu também a iniciativa de férias Junta'Anima. Destacou especialmente a dedicação e trabalho do Presidente da Junta, exemplificando com a empreitada da Águas das Maías e de muitas outras pavimentações, a assunção da responsabilidade pela limpeza na área urbana onde a melhoria do serviço tem sido notória e reconhecida. Referiu-se ainda a outras iniciativas do executivo congratulando este pelo trabalho realizado e ressaltando o rigor financeiro que tem sido seu apanágio, concluindo por manifestar a expectativa de que este orçamento venha a ser aprovado.

Teresa Ramos (CDS) interveio dizendo que para reforçar o que fora dito anteriormente por José Ferreira. Assim acrescentou que a maior parte das atividades é duplicar a intervenção das técnicas da câmara e de outras entidades e que não se percebe bem qual a intervenção das

Melhor
-
Ar. Fernandes

Helena
João Oliveira

técnicas da Junta pois só dez por cento serão atividades da própria Junta. Quis ainda saber quantas crianças foram apadrinhadas este ano no âmbito do projeto padrinho de Natal.

Sara Costa (PS) esclareceu que este ano foram apadrinhadas 38 crianças e quanto ao demais referido por Teresa Ramos endossou a resposta para o Presidente da Junta, Augusto Barros (PS), que afirmou sempre ter considerado importante a área social dado que as instituições que estão no terreno não dão resposta total às necessidades.

Alexandre Horta (PSD) considerou que há cinco apostas neste orçamento, mas que só na dos espaços verdes é visível a verba adequada, sendo que à área social, grande aposta do executivo, corresponde 1% do orçamento. Questionou ainda por que motivo foi retirada no início deste ano letivo a distribuição de kits de material escolar aos alunos e manifestou estranheza por terem sido retirados dois pontos na área da Educação. Disse ainda considerar que este documento não é um plano plurianual de atividades pois só tem previsões para 2025. Afirmou ainda que na página 14 faltam 140.000 euros de transferências do município e que a verba de 2000 euros para informática parece escassa. Questionou ainda qual a viatura que irá ser adquirida.

A tesoureira Sara Costa (PS) declarou que este é um orçamento de execução e que somos transparentes. Daí que tenham sido retirados alguns pontos que reconhecidamente não poderíamos cumprir, mas mantemos por exemplo a aposta no Gestautarquia, que fazemos questão de cumprir. Sobre os aspetos técnicos endossou a resposta para o Dr. João Oliveira. Este explicou que os 140.000 euros alegadamente em falta estão no capítulo próprio, pois são receitas de capital e que os 2.000 euros para material informático se destinam a adquirir bens propriamente ditos, indo tudo o resto (18.000 euros) para pagamento de serviços prestados.

Rui Bugalhão (PS) interveio dizendo que este é um plano do partido socialista e que a oposição está no seu direito de criticá-lo. Que seria fácil em ano de eleições colocar ali muita coisa para embelezar, mas como disse a tesoureira limitamo-nos a colocar ali o que podemos e vamos fazer. Afirmou ainda que a área social é aqui muitas vezes tratada com demasiada ligeireza não tendo em conta o que se passa em várias casas desta união de freguesias e terminou dando os parabéns ao executivo e aos que acreditaram na nossa proposta.

O técnico contabilista Dr. João Oliveira esclareceu que não é obrigatória a elaboração do plano plurianual e disse que no ano passado havia um leasing para uma máquina cujo pagamento se estendia por vários anos e daí que tenha sido elaborado um plano plurianual que ia além do ano seguinte. Porém este ano o executivo informou que queria liquidar tudo até ao fim do mandato, visto haver eleições.

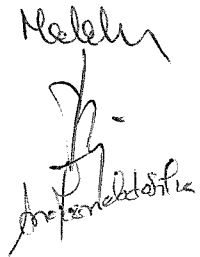
Augusto Barros (PS) informou que a máquina a adquirir é praticamente igual à da câmara (varredora e aspiradora) e que lhe foi colocada hoje a respetiva matrícula.

Joaquim Palricas (PSD) quis saber se a aquisição das duas viaturas de caixa aberta tinha sido autorizada pela assembleia, tendo obtido resposta positiva.

Após o Dr. João Oliveira ter dito que há algumas rubricas especificadas pelo próprio legislador mas há sempre também uma rubrica de outras despesas, sendo que a afetação da verba inscrita nestas últimas não se torna tão intuitiva como a das primeiras, Alexandre Horta (PSD) opinou que então será aconselhável colocar o mínimo de verba na rubrica residual "outras" e concluiu dizendo que a sua bancada irá apresentar uma declaração de voto que irá ser lida.

João Ferreira (PSD) insistiu na questão de o documento ter apenas 4 assinaturas.

Augusto Barros (PS) explicou que foi feita a convocatória para a reunião de aprovação do orçamento e que à última hora o vogal João Martins enviou email a pedir a alteração da data, o que já não sendo possível levou a que a reunião se tivesse realizado com a presença de apenas 4 elementos.



João Martins (CDS) pediu a palavra para a defesa da honra e no uso da mesma disse que em 2021 ficou estabelecido que as reuniões ordinárias seriam na terceira segunda-feira de cada mês. Quando havia alteração eram contactados previamente os membros do executivo, o que desta vez não aconteceu.

Augusto Barros (PS) respondeu que se estava perante um motivo de urgência, que era a aprovação do orçamento e que o vogal João Martins deixou decorrer vários dias após a convocatória e só então enviou o email a pedir a alteração, tendo João Martins (CDS) retorquido que não faz emails só porque lhe apetece.

Celeste Sousa (PS) esclareceu que atualmente o material escolar é todo gratuito e daí não haver necessidade de a Junta distribuir kits.

Nesta altura Alexandre Horta (PSD) procedeu à leitura da declaração que justifica o voto contra dos elementos da sua bancada, que se transcreve:

Declaração – Plano de Atividades, Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos 2025

Sendo este o último documento previsional deste mandato autárquico, não esperávamos grandes alterações relativamente à fraca qualidade apresentada nos anteriores. De qualquer forma, com a entrada em funções de novo tesoureiro estávamos na expectativa de encontrar algo de novo.

Infelizmente as nossas suspeitas confirmaram-se e este documento, agora apresentado, não é mais do que um “copy/paste” do anterior, mas ainda de pior qualidade. Todas as deficiências apontadas no ano passado se voltam a verificar, ou ainda se agravaram.

O que nos é apresentado é um conjunto de documentos sem qualquer ambição, cingido ao financiamento público instituído e à incorporação da verba destinada à limpeza urbana e espaços verdes, não havendo nenhum vislumbre de um eventual aproveitamento de avisos de candidaturas que poderão existir nos quadros de apoio disponíveis. Prova disso mesmo, é a forte componente orçamental destina à despesa corrente, cerca de 78% e apenas 22% para investimento.

Realçar ainda que sendo a ação social “a área nobre da atuação da junta” no orçamento, apenas 1,1% das verbas estão destinadas a esta rubrica. Com a agravante de no corrente ano de 2024, até novembro, a execução orçamental desta rubrica se situar apenas nos 13%.

É lamentável que o documento apresentado se revele nada inovador e que não consiga consubstanciar aquilo que é explanado no Plano de Atividades (PA).

Ao ler o PA constatamos que, na sua maioria, são medidas avulsas e “requentadas” e praticamente um, com já atrás referimos, “copy/paste” de anos anteriores e onde poucas respostas conseguimos obter, mas muitas perguntas nos surgiram. Podemos resumi-las em curtas palavras: Como? O quê? Orçamento? Onde? Quais?

Assim, passamos a elencar:

Relações exteriores, comunicação e imagem

Melelu
Iy
Prof. Almeida

a) Renovar o site da União de Freguesias introduzindo novas ferramentas e utilidades; ONDE ESTÁ NO ORÇAMENTO?

b) Implementar o “Portal a minha Junta” ...; COMO? ORÇAMENTO?

d) Pugnar pela segurança da nossa União de Freguesias; COMO?

e) Transmissão das assembleias via internet; ORÇAMENTO?

Ação social e habitação

b) Continuar o trabalho nos bairros sociais; COMO? Não serão as alíneas d) e f) uma repetição ou apenas para encher o documento

g) Elaborar um projeto de teleassistência a idosos e a pessoas com deficiência e incapacidade, em parceria com a PSP e outras entidades públicas; ORÇAMENTO?

k) Apoiar as comunidades de imigrantes e minorias étnicas com vista à sua inclusão; COMO?

m) Continuar a encetar esforços de formar e tornar cada vez mais a Comissão Social de Freguesia num instrumento eficaz de combate aos desequilíbrios sociais existentes na freguesia; COMO?

o) Tardes com CALMA...; ORÇAMENTO?

q) Criação de um banco de ajudas técnicas...; ORÇAMENTO?

s) Parque infantil da Cidade Nova, com rappel, escalada e outros mais modernos; ORÇAMENTO?

u) Regularizar a situação dos habitantes do Bairro do Colégio, criando uma ficha própria para o efeito, bem como as visitas regulares da Técnica de Serviço Social e a definição de critérios para a seleção das pessoas a habitar futuramente nesse bairro; COM QUE COMPETENCIA? É DA RESPONSABILIDADE DA JUNTA A DEFENIÇÃO DESTES CRITÉRIO?

Nesta área não compreendemos porque foi retirada a alínea:

- No início do ano letivo, oferecer kit de material escolar...;

PORQUÊ?

Educação / Cultura

e) Sensibilizar as nossas crianças e jovens sobre a segurança rodoviária, questões ambientais e cívicas; COMO?

g) Concursos de ideias; COM QUE FINALIDADE?

j) Apoiar o comércio local e serviços, através de iniciativas e campanhas; COMO?

o) Envolver a comunidade escolar em projetos direcionados para o nosso património cultural e natural; COMO?

p) Incentivar boas práticas de alimentação saudável; COMO?

Nesta área foram retiradas duas alíneas, a saber:

- Incentivar os jovens à participação desportiva, recreativa e cultural;

- Apoiar o desporto adaptado.

PORQUÊ?

Desporto, juventude e tempos livres

b) Apoiar atividades culturais de interesse para a Freguesia; QUAIS?

e) Recuperar em parceria com a Câmara Municipal de Tomar o campo de jogos na Água das Maías...; ORÇAMENTO?

Obras e manutenção de espaço público

c) Pugnar pela eliminação de barreiras arquitetónicas e urbanísticas; COMO? ONDE?

e) Pugnar por uma rede de transportes públicos com baixos níveis de CO2 e com rotas mais abrangentes; QUAIS?

Neste documento, das trinta e uma propostas formuladas pelo Grupo do PSD para o PA de 2025, apenas quatro foram induzidas, sendo que todas já transitaram do ano anterior:

- Transmissão das assembleias de freguesia via internet;
- Promover a regularidade de visitas por equipas multidisciplinares aos bairros sociais para acompanhamento e aconselhamento da atividade doméstica e de conservação das habitações;
- Elaborar um projeto de teleassistência a idosos e a pessoas com deficiência e incapacidade em parceria com a PSP e outras entidades públicas;
- Criação/correção de sinalética dirigida aos monumentos da freguesia.

Não temos ilusões que esta exígua operação, meramente cosmética, apenas quis fazer cumprir a imposição legal de ouvir a oposição.

Não deixaremos de exercer uma análise crítica, que se espera de qualquer oposição responsável.

Tal como no ano transato, o Executivo optou por incluir no Plano um vasto conjunto de itens, cerca de uma centena, alguns efetivamente, de reconhecida importância, mas muitos outros muito duvidosa possibilidade de implementação, que se resumem a conceitos vagos e genéricos, que carecem, em nossa opinião de objetividade e contextualização, deixando, assim e apenas, transparecer a ideia de “querer mostrar serviço”.

Como já afirmámos, não podemos deixar de manifestar a nosso desagrado com a falta de coerência entre o Plano de Atividades e o Orçamento e Plano Plurianual de Investimento.

Face ao exposto o voto desta bancada é contra.

Procedeu-se finalmente à votação, tendo o documento sido aprovado por seis votos a favor (PS) e 6 votos contra (PSD+CDS), tendo a Presidente da Mesa usado do voto de qualidade.

Ponto três – Análise, discussão e votação do Mapa de Pessoal para o ano de 2025.

Foi inicialmente dada a palavra ao Presidente do executivo Augusto Barros (PS) que explicou em traços gerais as alterações propostas.

Joaquim Palricas (PSD) questionou o facto de haver duas vagas separadas de assistente administrativo não obstante as funções de ambas serem em grande parte coincidentes.

Augusto Barros (PS) respondeu que as técnicas previstas para cada uma das vagas destinam-se a áreas diferentes.

Ana Marmelo (PS) interveio introduzindo uma análise comparativa com o que sucede no quadro hospitalar, que também prevê diferentes vagas para assistentes técnicos de cada uma das valências.

Handwritten signature: Nela
Handwritten signature: Ana Marmelo

De novo no uso da palavra Joaquim Palricas (PSD) considerou que provavelmente é exíguo o número de apenas mais 2 assistentes operacionais, atendendo ao que consta da informação escrita, tendo ainda questionado quantas pessoas recrutadas no fundo de Desemprego se obtêm recorrentemente, tendo Augusto Barros (PS) respondido que esse número é de cerca de 4, 5, 6, provindo não apenas do centro de emprego, mas também do CIRE e de outras origens.

Handwritten signature: Helena
Handwritten signature: J. Palricas
Handwritten signature: Augusto Barros

Joaquim Palricas (PSD) concluiu que por isso mesmo é que esta área deveria ser reforçada e anunciou que a sua bancada irá abster-se.

Procedeu-se então à votação, tendo o documento sido aprovado com 7 votos a favor (PS+CDS) e 5 abstenções (PSD).

Ponto quatro - Apreciação e discussão da Informação escrita do Presidente da Junta.

José Ferreira (PSD) fez questão de reforçar a nota de apreço ao Presidente da Junta na sequência do agradecimento público que lhe foi prestado nas festividades da Sr^a da Piedade. Seguidamente questionou qual a frequência com que reúne a comissão social e qual o número de cabazes que foram distribuídos este ano.

Joaquim Palricas (PSD) considerou que a execução orçamental está baixa ao nível da despesa e inquiriu qual o montante dos encargos assumidos e não pagos. Questionou ainda o conteúdo do processo em curso no tribunal de Santarém.

Augusto Barros (PS) respondeu que se trata de um processo contra o município e contra a Junta pelos proprietários de um terreno contíguo à Rua das Verdelhas, em Carvalhos de Figueiredo, que foi asfaltado à cerca de 4 anos, dado que o piso se encontrava em mau estado e havia frequentes reclamações dos moradores, uma vez que só no tempo do presidente José Júlio tinha sido aplicado um revestimento de brita agregada com aspersão de alcatrão. Os ditos proprietários reclamam que foi ocupada uma faixa de terreno do prédio deles, mas a verdade é que a área que eles reclamam corresponde no essencial a uma faixa ao longo da rua, do lado sul, que foi cedida há muitos anos a um vizinho pelos pais dos atuais possuidores. Inquirido por Joaquim Palricas (PSD) sobre se a Junta contratou advogado, informou que é a Dr^a Anabela Estanqueiro que está a acompanhar o processo dado ser um processo da Câmara e da Junta.

Alexandre Horta (PSD) perguntou se houve alteração de critérios relativamente ao pagamento do subsídio de penosidade, uma vez que da verba de 8000 euros se gastaram apenas 2.000. E manifestou estranheza pelo facto de no serviço de limpeza urbana e jardins até novembro só ter sido gasta 33% da verba inscrita.

Augusto Barros (PS) respondeu que atualmente todos os assistentes operacionais recebem subsídio de penosidade, mas tal sucede só a partir do 2º semestre deste ano. Daí que o despendido total ainda não seja muito expressivo até agora. E quanto à execução orçamental da verba de limpeza urbana ter de se considerar que algum pessoal é pago pelo Estado, cabendo à Junta suportar apenas o subsídio de alimentação.

Ponto cinco – Outros assuntos.

A Presidente da Mesa Celeste Costa (PS) abriu este ponto expondo as circunstâncias que levaram à ausência do vogal do partido Chega à sessão de 30 de setembro e que motivou um protesto apresentado por Américo Assunção na sessão seguinte. Assim, explicou: o vogal Américo Assunção foi convocado em 20-09-2024 e nesse mesmo dia pediu a sua substituição. Seguindo a ordem, em 23-09 foi convocado o elemento seguinte da lista sr^a Fernanda Ribeiro, a qual

também pediu a substituição. No dia seguinte, 24-09, foi convocado o elemento seguinte sr. António Chambino, que por sua vez apresentou pedido de substituição. Por dificuldade em se obter o contacto do elemento seguinte da lista sr. Vasco Marques, foi contactado via telefone o vogal Américo Assunção para que facultasse os contactos do referido elemento, o qual se dispôs a tratar do assunto e fornecer a informação. Porém até à data da reunião não comunicou qualquer informação, perante o que não foi possível convocar o elemento seguinte da lista.

Melelu
V. P. Chambino

José Ferreira (PSD) interveio para fazer uma resenha dos vários passos que deu para entender as campanhas e donativos do Continente a esta Junta de Freguesia. Referiu que na assembleia de abril questionou o executivo para saber onde estava o dinheiro da missão Continente, tendo na altura um elemento do executivo dito que esse valor estava na rubrica Junta Solidária o que verificou não ser verdade quando depois se dirigiu aos serviços da Junta onde foi informado que a referida rubrica diz respeito à campanha Juntos pelos Nossos. Nessa primeira visita aos serviços da junta é que percebeu os valores de 4715 euros recebidos em 2023 e 3039 euros em 2024, valores esses que constavam do documento obtido por via da assembleia e não devidamente explicado. Que ainda assim continua a ter algumas questões nomeadamente em relação ao procedimento financeiro que é utilizado em todo este processo, posto que mais de 28.000 euros são doações em géneros, correspondendo os referidos montantes de 4715 euros e 3093 euros a aquisições de produtos ao próprio Continente pelas quais é emitida fatura. Informou ter solicitado acesso aos documentos relativos aos bens alimentares recolhidos no Continente, que em 2023 ascenderam ao valor de 26.439,31 euros e por cujo recebimento a junta passa um modelo 25 de donativo e questionou se se justificam deslocações ao Continente para recolher por vezes apenas um artigo ou recolher pão, frutas, legumes, frangos em quantidade e se não seria preferível a junta dar estes géneros a uma instituição social. Mencionou ainda o facto de o Presidente da Junta ter dito que esta campanha decorria devido à boa relação entre a autarquia e o Continente mas na verdade este ano essa relação acabou, tendo a campanha passado para a Cruz Vermelha e o CCD da câmara municipal. Acusou ainda o executivo de falta de transparência por não enviar as faturas solicitadas invocando o RGPD não só em relação a este assunto, mas também a outros.

Dada a palavra à tesoureira Sara Costa (PS) esta afirmou que não é a primeira vez que o PSD vem manifestando oposição a este serviço e perguntou diretamente àquela bancada se são contra ajudar as pessoas. Esclareceu que a rotatividade na escolha dos parceiros da iniciativa depende do Continente, que agora atribuiu a participação a outra instituição. Quanto à documentação respondeu que ninguém foi alguma vez proibido de consultar toda a documentação e esclareceu que no mês de abril foi feito um lançamento em conta indevida, o que levou a um pedido de esclarecimento junto do Continente. Concluiu dizendo: nós não mexemos em dinheiro e não pagamos em dinheiro; passamos as declarações de donativo sem qualquer contrapartida. Finalmente, quanto à questão das horas extras acima referida exemplificou com a situação de uma assistente técnica e de um assistente operacional a quem são pagas e porquê.

Rui Bugalhão (PS) disse que há um ano fora ele que colocara aqui a mesma questão que a Sara há pouco colocou, acrescentando: isto é sério; é sempre o ponto em que vocês tocam acima do que é normal. Recusar alimentos é que é grave. Para vocês está tudo bem na comunidade, finalizando com a pergunta: o que é que vocês faziam?

Teresa Ramos (CDS) interveio dizendo que ação social não é entregar coisas, é muito mais do que isso.

José Ferreira (PSD) enfatizou que a sua questão é saber como é que isto se processa financeiramente.

Joaquim Palricas (PSD) opinou que não é assim que se resolvem os problemas sociais, nem aqui nem em todo o lado.

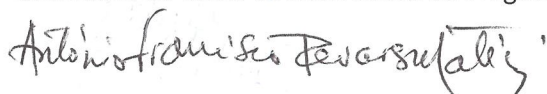
Rui Bugalhão (PS) disse concordar, mas acrescentou que quando se tem fome é preciso comer. E ainda no uso da palavra aproveitou para enaltecer o feito da judoca freguesa Patrícia Sampaio nas olimpíadas deste ano, visto que o mesmo não tinha sido mencionado até agora nesta assembleia, que obteve a concordância de todos os elementos.

A presidente da mesa Celeste Sousa formulou votos de boas festas e deu a sessão por encerrada cerca das vinte e três hora e trinta minutos, da qual para constar foi lavrada a presente ata que depois de aprovada irá ser assinada.

A Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia,



O 1º Secretário da Mesa da Assembleia de Freguesia,



A 2ª Secretária da Mesa da Assembleia de Freguesia,

